

SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E SUBDESENVOLVIMENTO EM CELSO FURTADO: UMA INTERPRETAÇÃO “NEOKEYNESIANA”?

Import Substitution and Underdevelopment in Celso Furtado: A “Neo-Keynesian” Interpretation?

Renato Saraiva*

Ronaldo Herrlein Jr.†

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central investigar o impacto da formulação dos modelos macrodinâmicos em uma perspectiva “neokeynesiana” sobre a análise de Celso Furtado a respeito do processo de substituição de importações e do subdesenvolvimento, nos anos 1960 e 1970. Tendo em vista a influência dos modelos de crescimento “neokeynesianos”, especialmente de Kaldor, durante a estadia de Furtado no King’s College em Cambridge, destaca-se os seus elementos de similaridade mas também de disparidade com a visão furtadiana do crescimento em economias subdesenvolvidas. Espera-se, assim, obter uma melhor compreensão acerca da análise de Furtado sobre o modelo de substituição de importações e as suas previsões para as economias periféricas, como a perspectiva de estagnação do produto per capita, diante do esgotamento daquele modelo.

Palavras-chave: Celso Furtado; Keynes; Kaldor; Neokeynesianismo; Modelos de Crescimento; Substituição de Importações; Subdesenvolvimento.

Classificação JEL: B31; B50; O10; O11.

ABSTRACT

The main objective of this paper is to investigate the impact of the formulation of macro-dynamic models from a Neo-Keynesian perspective on Celso Furtado’s analysis of the processes of import substitution and underdevelopment during the 1960s and 1970s. Given the influence of Neo-Keynesian growth models, particularly those developed by Kaldor, during Furtado’s stay at King’s College, Cambridge, the paper highlights both the similarities and the differences between these models and Furtado’s own view of growth in underdeveloped economies. In doing so, it seeks to provide a better understanding of Furtado’s analysis of the import-substitution model and of his predictions for peripheral economies, including the prospect of stagnation in per capita output resulting from the exhaustion of that model.

Keywords: Celso Furtado; Keynes; Kaldor; Neo-Keynesianism; Growth Models; Import Substitution; Underdevelopment.

JEL code: B31; B50; O10; O11.

* Doutor em Economia (PPGE-UFRGS). Pesquisador Senior Fellow associado ao Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), Pesquisador Externo vinculado à Faculdade de Ciências Econômicas (FCE-UFRGS) e Coordenador da Oficina de Estudos sobre China e Leste Asiático (OfChiLA-UFRGS). E-mail: renatosaraiva.ri@hotmail.com.

† Professor Associado II da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS e colaborador no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE). E-mail: ronaldoh@ufrgs.br.

1 Introdução

Tendo em vista a grande influência dos modelos macrodinâmicos de crescimento neokeynesianos à época da formulação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado, este trabalho tem como objetivo investigar o impacto do arcabouço teórico neokeynesiano sobre a visão furtadiana a respeito do crescimento em economias subdesenvolvidas e do processo de substituição de importações na América Latina.¹ Neste sentido, o artigo tem o seguinte problema de pesquisa: podemos interpretar a análise de Celso Furtado a respeito do subdesenvolvimento e do processo de substituição de importações em termos de um modelo macrodinâmico em uma perspectiva neokeynesiana?²

Partindo dessa temática, busca-se explicitar os elementos de similaridade mas também de disparidade entre os modelos neokeynesianos, em especial, os modelos de Cambridge, e a visão de Celso Furtado a respeito do crescimento em economias subdesenvolvidas. Além disso, espera-se contribuir para elucidar a análise de Celso Furtado acerca do modelo de substituição de importações e do subdesenvolvimento, de forma a trazer uma melhor compreensão de suas previsões para as economias periféricas, como a perspectiva de estagnação do produto per capita.

Na seção 2 deste artigo, apresentam-se em linhas gerais os elementos formadores do pensamento e a obra teórica de Celso Furtado, particularmente a partir de sua interpretação sobre as teorias do desenvolvimento, e a influência da obra de Keynes e dos modelos macrodinâmicos neokeynesianos de Roy Harrod e Nicholas Kaldor. Na seção 3, tem-se como

¹ Adotamos nesse artigo a denominação “neokeynesiano” cientes de sua ambiguidade, porém em conformidade com o uso da mesma por Celso Furtado (Furtado, 1983, p. 66). Com ela, Furtado se refere ao trabalho de economistas que, a partir do princípio da demanda efetiva formulado por Keynes, buscaram a dinamização de seu modelo, associada a uma teoria da acumulação de capital e um esquema de distribuição da renda. Roy Harrod, Evsey Domar, Joan Robinson e Nicholas Kaldor são expoentes dessa linha de pensamento. Essa distingue-se de outra linha, que recebe a mesma denominação, que enquadrou hipóteses keynesianas num marco teórico neoclássico e liberal, referenciado na síntese neoclássica, como é o caso dos trabalhos de Paul Samuelson, Franco Modigliani, John Hicks e James Tobin. Cogitamos utilizar a denominação “pós-keynesiano”, mas é igualmente ambígua, dada a existência de uma linha de pensamento contemporânea com mesma denominação, com conteúdos profundamente distintos dos formulados pelos economistas que influenciaram Furtado.

² Essa perspectiva deve ser entendida, conforme Furtado (Furtado, 1981, p. 12), como a tentativa de dinamização do modelo keynesiano a partir do reencontro com a tradição clássica, com um esquema institucional de distribuição da renda.

foco a análise de Furtado acerca dos limites do modelo de substituição de importações e do subdesenvolvimento, buscando-se identificar os elementos de similaridade e disparidade entre sua análise e os modelos macrodinâmicos neokeynesianos. Ao final do trabalho, destaca-se o fato de que, apesar de fortemente influenciado pela abordagem keynesiana e pelos modelos macrodinâmicos neokeynesianos de Cambridge, não se pode reduzir a obra teórica e o pensamento macroeconômico de Celso Furtado à uma reprodução destes, tendo o autor, na verdade, uma contribuição singular e distinta em sua concepção da estrutura econômica heterogênea dos países subdesenvolvidos, particularmente em sua consideração explícita da estrutura de distribuição da renda.

2 A obra teórica de Celso Furtado e o Neokeynesianismo

Desde o início, torna-se impossível desvencilhar completamente o pensamento de Celso Furtado do método próprio do estruturalismo latino-americano, como método histórico-estrutural, em que se combinam a análise dos traços das estruturas econômicas com a análise da sua conformação ou transformação histórica, “uma vez que as mudanças das estruturas econômicas se produzem no tempo e, por conseguinte, só são definíveis e perceptíveis ‘historicamente’” (Rodríguez, 2009, pp. 46–47).

Por outro lado, o estruturalismo latino-americano, especialmente em seu “enfoque Cepal-Prebisch”, pode ser interpretado como uma “teoria especial” de variadas raízes, entre as quais destacadamente a keynesiana, em termos da dinâmica econômica capitalista em relação com o progresso técnico, a inovação, a acumulação de capital e o crescimento, aplicada à compreensão do subdesenvolvimento, da evolução a longo prazo das economias periféricas e de seus padrões de inserção internacional. Assim, o enfoque econômico das teorias estruturalistas latino-americanas, nas quais se enquadra também Celso Furtado, caracteriza-se fundamentalmente pela análise dinâmica das estruturas produtivas e ocupacionais das economias periféricas. Para tal, incorporam-se hipóteses ausentes na economia convencional, tal como a concepção do sistema centro-periferia, a heterogeneidade da estrutura ocupacional e a especialização produtiva primário-exportadora (Rodríguez, 2009).

Em termos gerais, Furtado considera que Keynes restabeleceu a primazia do político sobre o econômico, ao colocar em primeiro plano uma visão global das decisões econômicas,

cuja insuficiente coordenação seria causa primária do desemprego (Furtado, 1981, p. 29). Keynes concebeu a política econômica como um esforço de coordenação de decisões (influenciando rendimentos e comportamentos dos consumidores e investidores, por via fiscal e controle de liquidez), o que era ruptura frontal com a visão otimista sobre a eficácia do sistema de preços, embutida no pensamento neoclássico. Com a análise macroeconômica keynesiana emergiu uma teoria da coordenação das decisões econômicas que valoriza os centros de decisão a nível nacional. Para Furtado, se a luta contra o desemprego requeria uma ação diretora do Estado, essa seria ainda mais necessária para as modificações estruturais sem as quais não se pode escapar ao subdesenvolvimento (Furtado, 1981, p. 30).

Carvalho (2008) considera Furtado um dos primeiros expoentes do keynesianismo no Brasil, e interpreta sua obra “Formação Econômica do Brasil” como “uma aplicação da abordagem macroeconômica proposta por Keynes à historiografia econômica” (Carvalho, 2008, p. 571). Ainda que, como veremos, não se possa reduzir a formulação teórica de Furtado a uma reprodução da abordagem keynesiana, com a qual não há uma total concordância, não se pode também negar a sua influência. Em sua obra autobiográfica, o próprio Furtado relata seu contato com o desenvolvimento das teorias neokeynesianas, como as de Nicholas Kaldor e Joan Robinson, durante sua estadia no King’s College em Cambridge. Segundo o autor, em sua estadia, logo após a publicação de “Acumulação de Capital” por Joan Robinson, teria sido possível acompanhar diversos seminários de economistas consagrados como Piero Sraffa e testemunhar a primeira exposição do modelo de crescimento de Kaldor, o qual é qualificado como de excepcional perspicácia e conhecimento da teoria econômica, além de compreender os limites das construções de modelos abstratos. Nesse meio acadêmico privilegiado, nas “sobras de tempo” das discussões teóricas, ocorreria a produção de “Formação Econômica do Brasil” (Furtado, 1985).

Podemos buscar maiores aproximações entre a visão furtadiana do desenvolvimento e do subdesenvolvimento e os modelos macrodinâmicos neokeynesianos especialmente em sua obra “Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico”. Em sua apresentação da evolução da teoria do desenvolvimento na ciência econômica, Furtado (1983) destaca a importância das “projeções” da análise keynesiana para a compreensão do fenômeno do desenvolvimento. Entre elas, o resgate da problemática do desenvolvimento no pensamento econômico, sendo um “marco importante na elaboração de uma teoria explicativa do funciona-

mento dos conjuntos econômicos complexos” (Furtado, 1983, p. 50) e de uma teoria da “maturidade” econômica, assim como os esforços de dinamização do modelo analítico keynesiano e de desagregação de variáveis realizados pelos modelos macrodinâmicos neokeynesianos.³

Se coube a Wicksell perceber pela primeira vez o papel dinâmico dos investimentos e a Schumpeter a formulação de uma teoria do investimento, Keynes, por sua vez, identificou que os entraves para o avanço da análise econômica tinham raiz nos postulados do equilíbrio geral e da Lei de Say. Ao se eliminar o pressuposto neoclássico do equilíbrio instantâneo entre a demanda e a oferta nos diferentes mercados, a partir do qual se deduzia o equilíbrio geral, tornou-se possível identificar os fatores básicos determinantes dos diversos níveis possíveis de emprego. Portanto, ao raciocinar em termos do curto prazo, deixando de lado a influência da acumulação de capital, do crescimento da população e do progresso técnico, Keynes não identifica problemas pelo lado da oferta, mas sim pelo lado da demanda. Na medida em que os empresários conheçam a sua curva de oferta, estes irão estabelecer planos de produção de acordo com a sua expectativa acerca da capacidade de absorção do mercado, e não necessariamente em relação à capacidade produtiva do sistema. De modo que as expectativas dos empresários podem ser frustradas e ocorra um desencontro em relação à demanda efetiva, ou seja, a soma dos gastos em consumo e investimento, levando a um desajuste entre a oferta real e a demanda monetária, afetando o nível de preços e as expectativas (Keynes, 1936 [1996]). Assim, Furtado (1983) sintetiza as contribuições da análise keynesiana:

O nível de produção está, portanto, determinado pela procura efetiva. Ora, o nível dessa procura é principalmente influenciado pelas oscilações no volume das inversões. A renda que chega às mãos da população só se transforma em procura efetiva se é consumida ou invertida. A parte que se consome não apresenta problema, pois está basicamente determinada pelo próprio nível de renda. A parte que não se consome não se inverte necessariamente, poupa-se. E aqui encontra Keynes uma das chaves para o problema do desemprego: a diversidade entre os motivos que induzem a poupar e aqueles que levam a inverter. Sempre que numa economia o impulso para inverter não seja suficientemente forte para absorver toda poupança que se forma, haverá desemprego (Furtado, 1983, pp. 50–51).

³ Esses esforços “permitiram aperfeiçoar vários instrumentos conceptuais que seriam de grande utilidade para os economistas que passaram a preocupar-se diretamente com o processo de desenvolvimento” (Furtado, 1983, pp. 53-4), como foi o caso de Celso Furtado.

Por outro lado, Furtado (1983) não deixa de fazer uma análise crítica da obra de Keynes, ao apontar suas fragilidades:

Keynes expôs suas ideias a um elevado nível de abstração. Ao analisar as causas que influenciam o volume das inversões, ele simplificou extremamente o problema com a aparente preocupação de dar elegância ao modelo. O nível das inversões seria determinado pela taxa de lucros antecipada (eficiência marginal do capital) e pela taxa de juros. [...] A análise dos fatores que induzem o empresário a inverter é, certamente, a parte mais pobre da obra de Keynes (Furtado, 1983, p. 51).

Ainda assim, reconhece-se a importância da análise keynesiana para a retomada da temática do desenvolvimento econômico, o que se tornaria ainda mais evidente com a aplicação, em meio à grande depressão, das ideias de Keynes no entendimento dos fatores estruturais do sistema capitalista e da necessidade de reformas sociais e dos esforços, já no pós-guerra, de dinamização do modelo analítico. É sobre esta segunda projeção da análise keynesiana, representada pelos modelos macrodinâmicos, que Furtado (1983) dá maior atenção e que terá maior relevância para nosso trabalho, na medida em que permite identificar as vinculações de suas teorizações sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento ao arcabouço neokeynesiano.

Dentre os primeiros esforços de dinamização do modelo analítico keynesiano, destacam-se os trabalhos de Harrod (1948) e Domar (1946). Em sua análise dos modelos dinâmicos neokeynesianos, Furtado (1983) entende que a sua inovação teórica se deu a partir da percepção da relação dinâmica do investimento pelos lados tanto da demanda quanto da oferta. Ao fixar seu modelo de equilíbrio no curto prazo, desconsiderando variações sobre a estrutura de mercado e estoque de capital, Keynes teria percebido o papel do investimento apenas como gerador de renda, e não como criador simultaneamente de capacidade produtiva. Para o que se deu especial importância à teoria da função consumo e ao mecanismo do multiplicador, de modo a explicar as repercussões em termos da renda e consumo a partir de novas decisões de investimento.⁴ No entanto, como destaca Furtado (1983), “não existem

⁴ Furtado observa que no modelo de Keynes as decisões dos consumidores estão determinadas pelas decisões motrizes dos inversionistas e delimitadas pela estrutura do sistema econômico, conforme a teoria da função consumo. Assim, “A teoria das decisões derivadas, implícita no modelo de Keynes, é de tipo estrutural” (Furtado, 1983, p. 54).

inversões líquidas sem acumulação de capital, isto é, sem aumento da capacidade produtiva” (Furtado, 1983, p. 53):

É necessário analisar as inversões simultaneamente como fator gerador da renda e criador de capacidade produtiva. Alcançada esta posição crítica, era fácil dar um passo adiante e perceber que, se as condições de equilíbrio deviam ser alcançadas a um nível de emprego em que houvesse inversões líquidas, tal equilíbrio teria de ser necessariamente dinâmico, isto é, com crescimento simultâneo do nível da renda e da capacidade produtiva. As condições desse equilíbrio dinâmico passaram então a constituir a preocupação central daqueles que pretendiam expandir o modelo keynesiano (Furtado, 1983, p. 53).

Assim, o equilíbrio em pleno emprego passa a ser considerado em termos de um equilíbrio dinâmico nos quadros do modelo de Harrod (1948), em que o equilíbrio entre poupança e investimento depende da determinação da taxa de crescimento de equilíbrio ou a taxa “necessária” ou “garantida” de crescimento, a qual, por sua vez, é determinada pela relação produto-capital e pela taxa de investimento. A seguir, temos a apresentação de Furtado (1983) de um modelo fechado de tipo keynesiano sem atividade governamental.⁵

Partindo da definição da renda (Y) como uma soma do consumo (C) mais investimento (I) e sob condições de pleno emprego, em que a poupança (S) é igual ao investimento, temos que:

$$Y = C + I \quad (1)$$

$$I = S \quad (2)$$

Assim, sendo o consumo uma proporção da renda global e a poupança o complemento do consumo na renda total, tem-se que:

$$C = bY \quad (3)$$

$$S = (1 - b)Y \quad (4)$$

⁵ A apresentação sintética dos modelos neokeynesianos aparece em “Teoria e política do desenvolvimento econômico” desde sua primeira edição, em 1967, capítulo 6, contemplando a modelagem de Harrod, uma breve consideração da abordagem da função de produção (Solow) e a função de progresso técnico de Kaldor. Na edição de 1971, toda a parte sobre Kaldor foi reformulada, retificando algumas imperfeições. Por fim, na edição de 1975, o capítulo recebeu sua forma definitiva, com duas longas inserções acerca da abordagem da função de produção, que é criticamente absorvida e transformada, além de integrada à estrutura do modelo de Harrod, abandonando-se o conceito neoclássico de capital e evidenciando a relevância da distribuição da renda.

Por outro lado, estabelece-se a relação técnica (c) entre o estoque de capital (K) e a renda global (Y), a partir de uma função de produção com coeficientes fixos, e o nível de poupança associado à renda de um determinado ano inicial (Y'), em pleno emprego.

$$Y = cK \quad (5)$$

$$S' = (1 - b)Y' \quad (6)$$

Dessa forma, Furtado (1983) busca demonstrar que um certo nível de poupança tem como contrapartida um certo nível de investimentos líquidos (I'), os quais, por sua vez, geram acréscimo de capacidade produtiva (ΔK).

$$I' = \Delta K \quad (7)$$

Nesse sentido, tem-se que uma variação no estoque de capital tem como contrapartida uma variação proporcional na renda global, obtendo-se assim a seguinte função de produção:

$$\Delta Y' = \Delta cK \quad (8)$$

A partir desta função de produção, será possível demonstrar então que a condição de equilíbrio entre poupança (S) e investimento (I) dada pela taxa de crescimento de equilíbrio, ou a taxa “necessária” de crescimento de Harrod, resulta da relação entre a relação produto-capital (c) e a taxa de investimento ($1 - b$).

Se:

$$\Delta K = I' = S' = (1 - b)Y' \quad (9)$$

Então:

$$\Delta Y' = c(1 - b)Y' \quad (10)$$

Logo,

$$\frac{\Delta Y'}{Y'} = c(1 - b) \quad (11)$$

Este modelo apresenta limitações, pois, como aponta Furtado (1983), demonstra apenas que, em uma situação de pleno emprego, sempre que a totalidade da poupança disponível seja absorvida, o produto real crescerá a uma taxa determinada pela expansão da capacidade produtiva. Apesar disso, Harrod (1948) buscou fundamentar, a partir dele, uma teoria explicativa do crescimento econômico. Para isso, articulou os efeitos do mecanismo do acelerador, ou seja, os efeitos da renda sobre o investimento, aos efeitos do multiplicador, do investimento sobre a renda. De modo que o fenômeno da acumulação de capital é definido pelo esforço permanente das empresas de ajuste dos estoques de capital à demanda efetiva, estando no efeito da renda sobre o investimento, o mecanismo do acelerador, o comando do processo de acumulação.

O mecanismo por detrás da taxa de crescimento “necessária”, resultante da relação entre a taxa de investimento e a relação produto-capital, funciona de tal modo a criar instabilidade e um processo cumulativo caso haja um afastamento da posição de equilíbrio. Havendo uma redução dos investimentos, o mecanismo do multiplicador provocará uma contração da renda global e um excesso de capacidade produtiva. Por outro lado, havendo um aumento dos investimentos, cria-se, ao contrário, uma situação de insuficiência de capacidade produtiva. Nesse sentido, aponta-se a “instabilidade intrínseca” ao modelo de Harrod (1948), a qual apresenta o paradoxo de que a expansão dos investimentos cria insuficiência de capacidade produtiva. Para Furtado (1983), esta “instabilidade intrínseca” do modelo aparece como “uma consequência da rigidez de seus elementos constitutivos” (Furtado, 1983, p. 57).

Nesse sentido, o autor passa a desenvolver o modelo a partir dos estudos de Solow (1957), destacando seu esforço de solução da instabilidade do modelo de Harrod, por meio de uma modificação na função de produção no sentido de proporcionar maior flexibilidade aos parâmetros da relação produto-capital (Y/K), deixando-se de a considerar como um fator constante. A seguir, introduz-se o progresso técnico na função de produção, supondo o progresso técnico de tipo neutro de Hicks, sem provocar mudanças na relação capital-trabalho (K/L) e com mudanças proporcionais na produtividade dos fatores. Assim, a renda global (Y) é uma função do progresso técnico (A_t) e de capital (K) e trabalho (L).

$$Y = A(t) \cdot (K, L) \quad (12)$$

Tendo em vista rendimentos constantes em função da escala de produção e uma função de produção homogênea e linear, é possível desenvolver a equação de tal modo a recuperar a função de produção do modelo de Harrod ($Y = cK$), que estabelece a relação técnica entre o estoque de capital (cK) e a renda global (Y).

$$Y = \left[A(t) \cdot \left(1, \frac{L}{K} \right) \right] K \quad (13)$$

$$cK = \left[A(t) \cdot \left(1, \frac{L}{K} \right) \right] K \quad (14)$$

Desse modo, o emprego da função de produção com coeficientes variáveis de capital e trabalho, nos moldes do modelo de Solow, permite identificar que, para que a relação produto-capital seja constante, é necessário que o crescimento tanto do capital quanto do trabalho seja proporcional. Além disso, evidencia-se que não é possível sustentar o aumento da renda per capita apenas sobre a base da acumulação de capital. Se, por um lado, é necessário que o capital (K) cresça mais rapidamente que o trabalho (L) para que haja aumento da renda per capita (Y/L), por outro, este processo leva necessariamente à uma redução da relação produto-capital (\hat{c}) e, conseqüentemente, à uma redução da taxa de crescimento do produto de tal forma que esta tenderia a se nivelar ao crescimento da população. Sendo estável o crescimento da força de trabalho, com o contínuo crescimento do estoque de capital, a produtividade marginal do capital será inferior à sua produtividade média, dada pela relação produto-capital, levando novamente à uma redução da taxa de crescimento do produto. Assim, se na realidade isto não se apresenta, o modelo permite demonstrar que se deve ao fator do progresso técnico $A(t)$ ⁶.

Em seguida, Furtado (1983) explora a relação entre o progresso técnico e os modelos de crescimento, primeiro a partir da abordagem neoclássica em torno da função de produção

⁶ Segundo os estudos de Solow (1957), de fato houve um declínio na relação trabalho-capital (L/K), o qual não provocou uma baixa na taxa de crescimento do produto apenas devido ao progresso técnico, com uma elevação substancial da produtividade de ambos os fatores, capital e trabalho.

Cobb-Douglas e das elaborações de Solow, e depois incorporando a função de progresso técnico de Kaldor. Segundo Furtado, a taxa de crescimento do produto (g), assim como o crescimento da produtividade e da renda per capita, são determinados pelo progresso técnico (r), supondo o crescimento da população (n) como fator exógeno e elasticidades de produção (a) constantes, o que pode ser expresso na equação abaixo.

$$g - n = \frac{r}{1 - a} \quad (15)$$

Aparentemente influenciado pelo estudo de Solow et al. (1966), Furtado (1983) acrescenta ainda uma diferenciação em relação à incorporação de novos equipamentos e a renovação do estoque de capital, apontando a possibilidade de flexibilidade de ajuste das condições de crescimento a partir da determinação da vida média dos equipamentos. Deste modo, Furtado destaca o fato de que, em função de coexistirem, na estrutura produtiva, diferentes gerações de equipamentos produzidos em épocas distintas, as quais são de difícil adaptação e recondição, a própria noção de estoque de capital como uma massa homogênea constitui uma simplificação grosseira que, em última instância, torna-se frágil. Desenvolve-se, então, um modelo em que os investimentos realizados em cada ano são considerados como um fator de produção distinto com uma relação produto-capital própria, dando origem a uma capacidade de produção determinada.

No modelo apresentado, sendo a função de investimento $(1 - b)$ estável, a estabilidade da taxa de crescimento do produto (g) passa a depender também da estabilidade do período de duração dos equipamentos (h). Da mesma forma, uma situação de equilíbrio é obtida quando a formação de capital é suficiente para absorver o crescimento natural da força de trabalho mais o desemprego tecnológico criado pelos novos investimentos. Obtém-se, então, na equação abaixo, um novo elemento de correção da rigidez apresentada pelo modelo de Harrod (1948), a partir da nova definição dada para a relação produto-capital considerando o período de duração dos equipamentos.

$$g = c(1 - b) \left[1 - \frac{1}{(1 + n)^h (1 + r)^h} \right] \quad (16)$$

De particular importância, Furtado (1983) destaca neste modelo a relação fundamental com a dimensão distributiva, a qual “nos coloca fora dos esquemas analíticos neoclássicos” e o aproxima dos modelos nekeynesianos (Furtado, 1983, p. 66). Supondo um aumento do crescimento da força de trabalho, com a conseqüente redução da pressão para o aumento da taxa de salário, permitir-se-ia aumentar a vida útil dos equipamentos em uso, levando, portanto, a um aumento proporcional da quase-renda desfrutada pelo setor mais moderno. Sendo assim, mesmo sob uma taxa de investimento constante, as condições de ajuste e de flexibilidade do sistema econômico não são independentes da possibilidade de modificação na distribuição de renda. Neste sentido, apresentam-se os modelos de Kaldor (1957) e Kaldor e Mirrlees (1962), em que, à medida em que a classe capitalista busca aumentar a taxa de investimento, em uma situação de pleno emprego, ocorrerá não só um aumento da renda monetária, via efeito multiplicador, mas também uma transferência de recursos do setor de produção de bens de consumo para o setor produtor de bens de capital, o que, por sua vez, leva a uma redistribuição da renda em favor da classe capitalista. Desse modo, a ação dos investimentos pode levar a alterações na distribuição da renda e a alterações nas taxas de investimento e poupança, de modo que a taxa de investimento ($1 - b$) não poderia ser considerada como um parâmetro.

Como se poderá ver melhor em sua teorização do subdesenvolvimento, a dimensão distributiva cumpre um papel fundamental na elaboração do pensamento macrodinâmico de Furtado, o que o distingue tanto em relação aos modelos neoclássicos quanto em relação a uma parte dos modelos de crescimento na tradição keynesiana.⁷ Já em sua exposição das projeções da análise keynesiana para o estudo do desenvolvimento, Furtado acrescenta novas variáveis ao problema de equilíbrio do modelo keynesiano ao considerar modificações na estrutura de repartição da renda. Conforme demonstra, ao se considerar uma situação de equilíbrio de pleno emprego a partir de novas decisões de investimento, necessariamente se deve abandonar os limites da suposição de capacidade produtiva constante. Se, em uma si-

⁷ Segundo Furtado, a linha de análise que considerou a função poupança tenderia a ligar os problemas do desenvolvimento aos fatores de natureza estrutural que condicionam a repartição da renda (Furtado, 1983, p. 66). Essa última não se apresenta explicitamente, quando os coeficientes de consumo e de poupança são parâmetros no modelo.

tuação de subemprego de fatores, o aumento dos investimentos líquidos leva a um aumento imediato na renda real global e a aumentos indiretos via efeito multiplicador, uma situação de pleno emprego permite apenas um aumento indireto na renda via efeitos monetários e redução do consumo. De tal modo que um aumento das taxas de poupança e investimento deve necessariamente significar uma alteração na estrutura de distribuição da renda e na função consumo, com redução da participação do consumo no produto.

Essa hipótese de aumento das taxas de poupança e inversão supera os limites do modelo keynesiano. Trata-se de modificação na estrutura do sistema determinando uma mutação na função consumo, o que não poderia ocorrer sem que houvesse alterações significativas na repartição da renda. Ora, mesmo sem considerar uma tal hipótese, na qual o equilíbrio somente seria restabelecido mediante introdução de modificações estruturais, a análise de uma situação de pleno-emprego leva necessariamente a superar o modelo keynesiano (Furtado, 1983, p. 55).

Heller e D'Arbo (2012), ao observar a evolução da apresentação da teoria do desenvolvimento por Furtado, ao longo das diferentes edições de “Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico”, identificam a permanente relevância dos modelos neokeynesianos de Harrod, Domar e Kaldor, particularmente a adoção da sugestão de Kaldor para solucionar a instabilidade do modelo de Harrod. Pereira e Gonçalves (2015), por sua vez, buscam interpretar a teoria do subdesenvolvimento de Furtado como um “caso particular” do modelo dinâmico de longo prazo de Kaldor, incorporando a inserção internacional das economias periféricas, o papel da difusão do progresso técnico baseado em tecnologias poupadoras de mão de obra e da distribuição de renda. De fato, parece correto incluir Furtado na linha de pesquisa em torno da dinamização do modelo keynesiano, que buscou desagregar certas variáveis e aprofundar o estudo do comportamento dos agentes econômicos no sentido da compreensão do fenômeno específico do subdesenvolvimento.

Não obstante, se bem que suas inovações teóricas não estão de todo formalizadas em um modelo macrodinâmico, podemos destacar pelo menos duas contribuições fundamentais que distinguem Furtado da análise macroeconômica neokeynesiana: a compreensão do processo de desenvolvimento a partir da dinâmica entre o impulso inicial de crescimento e os mecanismos de propagação desse impulso, e a dialética entre a invenção e a difusão de inovações; e o reconhecimento da existência de agentes com poder econômico em condições de alterar os parâmetros estruturais e de condicionar o comportamento de outros agentes,

com o objetivo de influenciar os mecanismos de propagação do crescimento e de redistribuir a renda em benefício próprio⁸.

3 Substituição de Importações e Subdesenvolvimento: um modelo neokeynesiano?

Em sua teorização do subdesenvolvimento, Furtado não se limitou a uma ótica econômica. Ao contrário, como é característico, ao logo de sua obra teórica, buscou desenvolver uma visão multidimensional, destacando a relevância de fatores negligenciados nas abordagens convencionais do desenvolvimento. Assim, por exemplo, sua visão do desenvolvimento econômico como parte da evolução de um sistema de cultura (Furtado, 1964, p. 26) destacou problemas que têm como consequência a perpetuação do subdesenvolvimento, como os padrões de consumo das classes dominantes latino-americanas (Ricupero, 2005). Por outro lado, Furtado entende que a realidade específica das economias subdesenvolvidas não pode ser explicada sem referência à forma de sua inserção na economia internacional, de modo que o fenômeno da dependência externa está no centro de sua teorização (Furtado, 1978). No entanto, neste trabalho, o foco principal recairá sobre a compreensão das estruturas econômicas subdesenvolvidas (que marcou o pensamento do autor antes de 1970), visando destacar os seus elementos básicos que poderiam ser interpretados em termos de um modelo macrodinâmico de influência neokeynesiana.⁹

Ao observar o funcionamento das economias subdesenvolvidas, Furtado descreveu em suas obras seminais o modo como, por exemplo, o crescimento da economia brasileira desde o período colonial era induzido por fatores externos. De modo que, em sua primeira fase, as economias subdesenvolvidas têm o crescimento e a elevação da produtividade decorrentes do aumento da demanda externa por produtos primários, beneficiando-se da acumulação de capital e do aumento de produtividade e de renda que se processam nos países

⁸ Além da macroeconomia keynesiana, as ideias de Furtado refletem a forte influência das obras de Gunnar Myrdal e François Perroux.

⁹ Essa preocupação com a macrodinâmica de influência keynesiana marcou a obra do autor durante a década de 1960 e será repensada por Furtado nos anos 1970, ao incorporar as críticas recebidas pelo modelo estagnacionista, o que se expressou nas mudanças e acréscimos nas sucessivas edições de “Teoria e política do desenvolvimento econômico”.

desenvolvidos, em razão do progresso tecnológico (Furtado, 2005; 1962). Da mesma forma, na segunda fase, com a industrialização no modelo econômico subdesenvolvido, o aproveitamento do progresso tecnológico se limita muito mais a modificações nos hábitos de consumo e à diversificação e introdução de novos produtos do que a modificações amplas nos processos produtivos, em uma espécie de malformação do desenvolvimento (Furtado, 1974).

Outro conceito-chave para a compreensão das economias subdesenvolvidas diz respeito à sua heterogeneidade estrutural. O quadro de heterogeneidade estrutural tem como traço básico a existência de um excedente de mão de obra, caracterizado por uma massa de população empregada no setor de subsistência e que permanece continuamente disponível para emprego no setor capitalista. Tal quadro tende a se tornar permanente na medida em que, em uma economia subdesenvolvida, a transferência de mão de obra do setor de subsistência para o setor capitalista exportador depende da demanda externa e não da diferença de rentabilidade entre os dois, e em que a distribuição da renda tem como fundamento as condições de vida da população que permanece no setor de subsistência, e não a produtividade marginal do trabalho no setor capitalista. Além disso, a evolução das economias subdesenvolvidas tem demonstrado uma impressionante tendência à manutenção de uma estrutura econômica marcada pelo dualismo, o qual, dada a existência de um setor de alta rentabilidade que permite o acesso ao progresso técnico, tanto na infra-estrutura de serviços básicos como em certas fases dos processos produtivos, transforma-se em uma heterogeneidade técnica (Furtado, 1983).

Tal heterogeneidade técnica se torna então a marca do período subsequente de substituição de importações e expansão do setor industrial ligado ao mercado interno. Tendo que substituir os produtos importados, o produtor interno é induzido a imitar tecnicamente as indústrias com as quais está concorrendo. Na medida em que os equipamentos importados foram produzidos com a finalidade de poupar mão de obra, tendo em vista uma realidade simetricamente oposta, em que o fator mão de obra é escasso, reproduz-se com o setor industrial a tendência à manutenção do dualismo estrutural observada com o setor exportador. Nesse sentido, Furtado (1983) descreve a estrutura econômica subdesenvolvida em termos de um desequilíbrio permanente ao nível dos fatores de produção, o qual é reforçado pela orientação do progresso técnico:

[...] a estrutura econômica subdesenvolvida pode ser descrita como um desequilíbrio ao nível dos fatores de produção, isto é, como um desajustamento permanente entre oferta e procura de fatores decorrente de certa articulação entre o perfil da demanda e as formas das funções de produção. Estas últimas, além de traduzirem o horizonte de possibilidades técnicas, condicionam a distribuição da renda (Furtado, 1983, p. 149).¹⁰

Diferentemente do observado nos modelos de crescimento pensados para uma situação de pleno emprego nos países desenvolvidos, em uma economia subdesenvolvida, o desenvolvimento depende não apenas do grau de intensidade da acumulação no setor capitalista, mas também da própria orientação do progresso técnico e do aumento da população em idade de trabalhar no conjunto da economia. De modo que não basta uma taxa de acumulação suficiente para que cresça o produto per capita, mas insuficiente para aumentar a importância relativa do setor avançado. Se o setor avançado cresce sem absorver novos contingentes de mão de obra, e todo crescimento populacional é absorvido pelo setor atrasado, o aumento de produtividade no setor avançado não significa necessariamente um aumento de sua participação no produto, muito menos a existência de desenvolvimento. Frente a este quadro, Furtado (1983) encontra as seguintes condições mínimas para a existência de desenvolvimento: (1) o crescimento mais que proporcional do setor capitalista avançado; e (2) a estabilidade ou aumento da proporção de mão de obra empregada no setor avançado. Inexistindo as condições anteriores, particularmente a disponibilidade de capital suficiente para a absorção da totalidade da mão de obra empregada no setor de subsistência, o dualismo tende a se transformar em uma característica estrutural permanente.

Ao buscar-se compreender quais fatores podem desempenhar um papel na expansão do setor capitalista avançado e na eliminação do dualismo estrutural, a interação entre a estrutura de distribuição da renda, a composição da demanda interna e as condições de crescimento e desenvolvimento aparecem como temas centrais da visão macrodinâmica furtadiana:

Numa hipótese mais geral, em que o perfil da procura interna seja o principal fator condicionante da alocação de recursos, cabe indagar que efeitos terá o fato de que o crescimento da procura se faça com estagnação da taxa de salário, isto é, sem

¹⁰ Furtado indica que a descrição da estrutura econômica subdesenvolvida enquanto um desequilíbrio ao nível dos fatores decorre de uma perspectiva limitada, ao considerar essa estrutura como um sistema isolado. “[U]ma economia subdesenvolvida não deve ser considerada isoladamente do sistema de divisão internacional do trabalho em que está inserida” (Furtado, 1983, p. 148-9). Os padrões de consumo dos grupos de altas rendas e a orientação das técnicas, que produzem o chamado desequilíbrio ao nível dos fatores, decorrem das relações de dependência que caracterizam a periferia do sistema internacional.

diversificação do consumo da massa da população. A concentração da renda, que acompanha necessariamente o tipo de crescimento que estamos considerando, traz consigo certa evolução no perfil da procura que se traduz em dependência crescente com respeito à oferta externa de bens de consumo — requeridos pelas classes de altas rendas — e numa alocação dos recursos produtivos ligados ao mercado interno que tende a elevar a dotação de capital por pessoa empregada. Se se tem em conta que o progresso técnico opera no mesmo sentido de elevação do coeficiente de capital por pessoa ocupada, é fácil compreender que o excedente de mão-de-obra, longe de deixar-se absorver, tende a persistir e, em muitos casos, em razão do crescimento demográfico, a aumentar (Furtado, 1983, pp. 152–153).

Uma das primeiras apresentações por Furtado de um modelo não formalizado para sustentar a tese da estagnação econômica na América Latina ocorreu em 1966, com a obra “Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina”, capítulo 3. O autor aponta que o processo de substituição de importações reduz o coeficiente de importações, enquanto aumenta a renda per capita. Isso altera a composição da demanda interna, o que exige alterações adicionais na estrutura da oferta (Furtado, 1966, p. 73). Na segunda fase da industrialização substitutiva, a instalação das indústrias de bens de capital ocorre somente com a elevação dos preços relativos dos equipamentos, o que provoca queda na relação produto-capital em toda economia (1966, p. 79). Com o aumento da participação da produção de bens de capital e de consumo durável na formação de capital, com maior coeficiente de capital por trabalhador, é menor a quantidade de pessoas que se transferem do setor pré-capitalista para os demais setores. Para uma taxa estável de crescimento econômico corresponderá uma taxa declinante de absorção de mão de obra do setor pré-capitalista (1966, pp. 80 e 84)

Dada a orientação dos investimentos para os setores industriais citados, a concentração da renda tenderá a agravar-se, mesmo que a taxa de lucro permaneça estável. Mantendo-se a taxa de salário e o montante dos investimentos, e reduzindo-se a absorção de mão de obra por unidade de investimento, o montante do lucro bruto cresce mais que o montante de salários (Furtado, 1966, p. 80). Segundo Furtado, o processo de concentração da renda atua em duas direções. Tende a elevar o coeficiente de capital por unidade de emprego, o que causa nova concentração da renda, se a taxa de salário é estável. E tende a reduzir a taxa de crescimento, ao fazer declinar a relação produto-capital, em consequência da concentração dos investimentos nas indústrias de bens de consumo durável, que enfrentam obstáculos pela reduzida dimensão dos mercados (1966, p. 81).

Furtado conclui que o problema da estagnação na América Latina é de caráter estrutural (Furtado, 1966, p. 89). A industrialização substitutiva engendra uma série de obstáculos

que provocam seu esgotamento como fator capaz de impulsionar o desenvolvimento. Os obstáculos são diversos, como a redução da produtividade do capital, a estreiteza dos mercados para as indústrias de maior coeficiente de capital (deseconomias de escala) e as agudas tensões sociais, devidas à acentuada concentração da renda (1966, p. 85). Em síntese: a existência de um setor pré-capitalista em conjugação com um setor industrial de coeficiente de capital elevado e crescente dá origem a um padrão de distribuição da renda. Tal padrão tende a orientar a aplicação dos recursos produtivos de forma a reduzir a eficiência econômica e a concentrar ainda mais a renda, num processo de causação circular. No caso mais geral, o declínio na eficiência econômica provoca a estagnação econômica. Em casos particulares, a crescente concentração da renda e sua contrapartida de população subempregada que afluí para as zonas urbanas criam tensões sociais que por si são capazes de tornar inviável o processo de crescimento (1966, p.86).

Em Furtado e Maneschi (1968), Celso Furtado desenvolveu um primeiro modelo macrodinâmico próprio para descrever a trajetória histórica de industrialização dos países latino-americanos. O trabalho combina uma análise de insumo-produto a um modelo de programação linear intertemporal, dividindo a estrutura da economia em dez setores (quatro agrícolas, cinco industriais e um de serviços). Ao mesmo tempo, compreende-se a experiência de desenvolvimento na América Latina em três fases distintas, o desenvolvimento com base nas exportações de produtos primários, o início da industrialização via substituição de importações após a Grande Depressão, e, por fim, o avanço do processo de substituição de importações para a produção de bens de consumo industriais duráveis, bens intermediários e equipamentos industriais e agrícolas. Seria nesta última fase que se identificaria, pela primeira vez, a tendência à estagnação como característica fundamental do modelo de crescimento na América Latina. De modo que a alta relação capital-produto e o baixo crescimento da capacidade de importar funcionariam como uma trava ao maior crescimento dos setores industriais, criando uma incapacidade de absorção da mão de obra no setor de subsistência, com o crescimento da economia de subsistência maior do que a renda interna bruta (Furtado & Maneschi, 1968).

Com hipóteses bastante heterodoxas, o modelo permite a variação dos coeficientes e variáveis de acordo com a característica de cada uma de suas fases, com especial atenção à variação da capacidade de importar, ao padrão de consumo dos grupos de alta renda e à

tendência à crescente concentração de renda. Além disso, dentre os setores econômicos do modelo, inclui-se a dualidade das economias latino-americanas, representada pelo setor tradicional de agricultura de subsistência. Neste, o poder econômico sobrepuja as concepções da economia neoclássica, afinal, “apesar de ser naturalmente abundante, a terra não é um bem livre”, estando, portanto, “completamente desvinculada da determinação dos preços com base no produto marginal” (Furtado & Maneschi, 1968, p. 8).

A primeira fase de desenvolvimento por meio da expansão das exportações é caracterizada por um padrão de crescimento que exige “pouco esforço”. Assim, a crescente orientação da economia para a exportação é sustentada por um rápido aumento do quantum das exportações e da capacidade de importar, permitindo o aumento das importações de produtos manufaturados e todo equipamento de capital necessário, de tal modo que a industrialização se torna não apenas “desnecessária”, como também “indesejável” (Furtado & Maneschi, 1968, p. 22). Por outro lado, o aumento do consumo dos grupos de alta renda, duas vezes maior do que o aumento da renda interna bruta, demonstra a tendência à maior concentração da renda.

Esta “era de ouro” dos países latino-americanos chega ao fim com a Grande Depressão e a conseqüente redução do preço dos produtos de exportação e da capacidade de importar. É neste contexto em que ocorre a segunda fase de desenvolvimento, com o início da industrialização via substituição de importações. Como resposta à queda das importações de bens de consumo manufaturados, os setores de manufatura passam a utilizar mais intensivamente os equipamentos de capital, sob turnos múltiplos, a tal ponto em que duplica a produção do setor de bens de consumo manufaturados não-duráveis e a substituição de importações é completa. Por fim, na terceira fase de industrialização, o novo foco de substituição das importações se volta para a produção de bens de consumo industriais duráveis, bens intermediários e equipamentos industriais e agrícolas.¹¹ No entanto, a alta relação capital-produto e o baixo crescimento da capacidade de importar funcionam como uma trava ao maior crescimento dos setores industriais. De modo que a dinâmica do modelo de cresci-

¹¹ A função de crescimento determinada por Furtado e Maneschi (1968) estabelece um vetor da acumulação diferente para cada fase da industrialização: na Fase 1, o consumo dos grupos de alta renda; na Fase 2, a soma das importações de equipamento industrial; e na Fase 3, os lucros totais dos setores industriais.

mento na América Latina se caracteriza por uma tendência à estagnação e pela incapacidade de absorção da mão de obra no setor de subsistência, com o crescimento da economia de subsistência maior do que a renda interna bruta (Furtado & Maneschi, 1968).

Celso Furtado retomaria e desenvolveria com maior profundidade a análise dos limites ao processo de substituição de importações em “Teoria e Política do Desenvolvimento”, os quais só poderiam ser superados por meio de um elevado nível de diversificação da estrutura industrial e do aumento da taxa de investimento (Furtado, 1983, p. 179). Afinal, se se considera a alta elasticidade-renda da produção de bens de capital e sua tendência de participação crescente na produção total, compreende-se que a pressão sobre a capacidade de importar é não só constante como crescente, na medida em que a pauta de importações passa a se constituir de um pequeno número de itens de bens de capital de difícil substituição. Nesse ínterim, ao identificar os fatores responsáveis pela tendência à estagnação por esgotamento das possibilidades de substituição de importações nos países subdesenvolvidos, Furtado (1983) analisa de forma integrada os problemas pelo lado da demanda e da oferta, em consonância com a perspectiva teórica macroeconômica dos modelos macrodinâmicos neo-keynesianos.¹²

Pelo lado da demanda, a característica básica das economias subdesenvolvidas se define pelo persistente excedente estrutural de mão de obra e pela conseqüente elevada concentração da renda. Esse quadro estrutural não apenas não foi modificado como foi, na verdade, aprofundado com o processo de substituição de importações, na medida em que prevalece no setor industrial um elevado coeficiente de capital, além de economias de escala e economias externas dinâmicas, de modo que os aumentos de produtividade tendem a favorecer o fator capital. Dessa forma, formou-se um mercado interno caracterizado também por uma dualidade estrutural: de um lado, uma massa considerável de população de baixo e es-

¹² Segundo Coutinho, no modelo estagnacionista em sua versão primeira (Furtado, 1966), Furtado argumenta “nos termos da equação de equilíbrio dinâmico de Harrod e de Domar” (Coutinho, 2015, p. 459-60). Particularmente, na obra Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, é perceptível a incorporação de novas referências teóricas ao modelo histórico-estrutural, que já eram familiares ao autor desde sua temporada de 1957 a 1958 em Cambridge. Essa incorporação refere-se a mecanismos como o acelerador e o multiplicador (p. 466), cuja interação “é admitida como parte central da discussão pós-keynesiana e, ato contínuo, integrada a exercícios aplicados às economias subdesenvolvidas” (p. 470).

tagnado nível de vida; de outro, uma pequena minoria de consumidores de alta renda per capita e demanda extremamente diversificada, que segue os padrões dos grupos de alta renda dos países desenvolvidos (Furtado, 1983).

Enquanto que, pelo lado da oferta, o desenvolvimento baseado no processo de substituição de importações foi condicionado pelo perfil do progresso técnico, voltado para as características de disponibilidade relativa de fatores nos países desenvolvidos, com escassez relativa de mão de obra, determinando, portanto, uma elevação constante do coeficiente de capital por pessoa ocupada. Se em relação à produção de bens de consumo existe maior disponibilidade de opções técnicas, devido à sua natureza inicial artesanal ou semi-artesanal, o mesmo não se encontra na produção de bens de consumo duráveis e bens intermediários e ainda menos na produção de bens de capital, todos esses frutos de uma economia tecnologicamente avançada com escassez de mão de obra. Portanto, na medida em que progrediu o processo de substituição de importações, especialmente a partir do setor de bens duráveis de consumo, tornou-se cada vez mais rígido o coeficiente de capital empregado (Furtado, 1983).

Assim, Furtado (1983) enfatiza os fatores da demanda e da oferta que interagem para criar a tendência à estagnação dos países subdesenvolvidos:

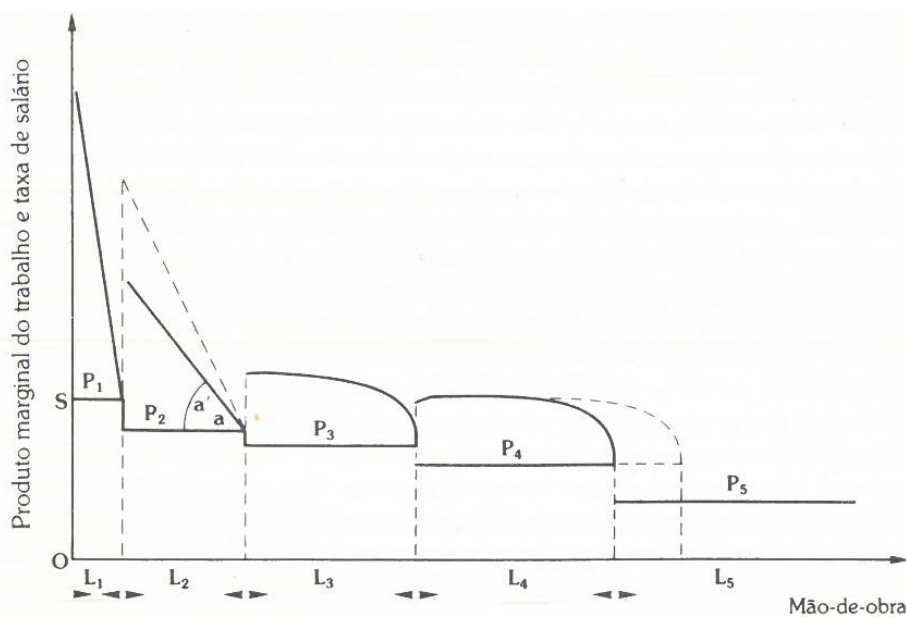
A função de produção do conjunto do setor capitalista evolui no sentido de reduzir o insumo de mão-de-obra por unidade do produto, o que em condições de excedente estrutural de mão-de-obra acarreta concentração da renda. Esta última, ao condicionar o perfil da procura global e provocar uma diversificação crescente do consumo da minoria privilegiada, reduz o crescimento relativo das indústrias em que é menor o coeficiente de capital por trabalhador. Da ação conjugada desses fatores resulta uma baixa na eficiência dos investimentos e o entorpecimento do processo de desenvolvimento (Furtado, 1983, pp. 208–209).

A partir destes fatores básicos que integram a estrutura de demanda e oferta dos países subdesenvolvidos que passaram pelo processo de substituição de importações, Furtado (1983) desenvolve em “Teoria e Política do Desenvolvimento” um novo modelo baseado em uma estrutura produtiva composta de cinco funções de produção,¹³ sendo elas: P1 — indústrias com alto coeficiente de capital; P2 — indústrias com baixo coeficiente de ca-

¹³ A apresentação desse modelo ocorreu somente na 4ª edição de “Teoria e política do desenvolvimento econômico”, em 1971.

pital; P3 — serviços, inclusive obras públicas; P4 — agricultura capitalista para os mercados interno e externo; P5 — setor pré-capitalista ou de subsistência composto de agricultura e artesanato tradicionais. Enquanto o salário médio mais elevado se encontra no setor industrial de mais alto coeficiente de capital (P1), a taxa de salário é determinada institucionalmente, em todos os setores, pelo nível de vida no setor de subsistência (P5). Por outro lado, se nos quatro primeiros compartimentos (P1, P2, P3 e P4) a mão de obra é absorvida até que se atinja o ponto de equilíbrio entre a produtividade marginal do trabalho e a taxa de salário, no setor de subsistência (P5), permanece a mão de obra desempregada nos demais setores. Assim, a importância relativa de cada setor é um reflexo do perfil da demanda global, do nível de acumulação e da orientação do progresso técnico e do conseqüente coeficiente de capital empregado nos setores de P1 a P4.

Gráfico 1 - Subdesenvolvimento e Substituição de Importações em um Modelo de Cinco Setores



Fonte: Reproduzido de Furtado (1983, p. 209)

Segundo o modelo, o crescimento do setor de agricultura capitalista (P4), em função da elevação dos preços dos produtos agrícolas exportados, conforme se presenciou na primeira fase de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, tem como conseqüências a transferência de mão de obra do setor de subsistência (de P5 para P4) e o aumento da massa de salários. Os efeitos multiplicadores da expansão dos gastos da classe de assalariados de-

terminam, então, efeitos secundários sobre o setor de serviços (P3) e o setor industrial de baixo coeficiente de capital (P2), da mesma forma que o aumento do emprego nestes dois setores tem efeitos sobre a demanda de alimentos da agricultura capitalista (P4). No entanto, na medida em que o setor industrial de baixo coeficiente de capital (P2) pode se expandir com absorção mínima ou nula de mão de obra, por meio da elevação da produtividade média do trabalho com base no progresso técnico, considera-se que a parte do consumo dos assalariados direcionada a P2 não tem efeitos diretos sobre o emprego. Como condição restritiva do modelo, Furtado (1983) supõe que a parte do consumo da classe capitalista que teria efeitos positivos sobre P3 e P4, com o aumento da atividade em P2, concentra-se apenas em P2 e P1 e, portanto, não influencia a massa de salários.

Por outro lado, o crescimento do setor de serviços (P3), em função do aumento dos investimentos em obras públicas, em consequência da primeira fase de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, determina também uma elevação do nível de emprego no próprio setor de serviços (P3) e na agricultura capitalista (P4), assim como uma elevação na renda no setor industrial de baixo coeficiente de capital (P2) via aumento da massa de salários e do consumo. Em ambos os casos de impulso inicial de crescimento, seja a partir da expansão da agricultura capitalista (P4) ou dos serviços (P3), uma parte da elevação da renda tem como destino o consumo capitalista e a formação de capital concentrados nos setores industriais de alto e baixo coeficiente de capital (P1 e P2), além das importações. Na medida em que, nesses setores, o progresso técnico significa uma elevação do coeficiente de capital, independentemente de alterações nos preços relativos dos fatores, o modelo estabelece a expansão de P1 e P2 a partir de funções de produção com coeficientes fixos, marcando o aumento de produtividade média do trabalho em P2 pelos ângulos a e a' .

Dessa forma, o modelo desenvolvido por Furtado (1983) para explicitar as principais características macrodinâmicas da industrialização nos países subdesenvolvidos que passaram pelo processo de substituição de importações permite demonstrar que “o impacto de um impulso de crescimento sobre a estrutura econômica (medido pelo grau de absorção do setor pré-capitalista) depende essencialmente da forma como ele condiciona o perfil da procura” (Furtado, 1983, p. 211). De modo que o multiplicador de emprego é uma função do crescimento na agricultura capitalista (P4) e no setor de serviços (P3), na medida em que estes implicam em um elevado multiplicador de emprego, da mesma forma que o multipli-

cadador da renda tem uma relação proporcional inversa ao conteúdo de importações diretas e indiretas dos gastos de consumo. Assim, o modelo permite identificar as repercussões estruturais de um impulso inicial de crescimento em uma economia subdesenvolvida: “Dada uma modificação inicial introduzida no perfil da procura global por um impulso de crescimento [...] será possível determinar os multiplicadores de emprego e de renda, que, conjugados, dão uma medida das modificações estruturais causadas pelo referido impulso de crescimento” (Furtado, 1983, p. 211).¹⁴

A partir dessas relações dinâmicas e do quadro estrutural de industrialização nos países subdesenvolvidos, Furtado (1983) identifica uma tendência à estagnação do crescimento do produto per capita. Apesar de seus argumentos nesse sentido não estarem perfeitamente desenvolvidos, percebe-se que a causa de fundo dessa tendência à estagnação seria resultante da interação dinâmica entre o quadro de heterogeneidade estrutural observado historicamente e as características do processo de substituição de importações, as quais não permitiram modificar a estrutura de distribuição da renda, mas, ao contrário, a reproduziram em um novo patamar de desenvolvimento. Nesse sentido, é possível ainda destacar as principais características da tendência à estagnação identificada por Furtado (1983): a redução do multiplicador de emprego e estabilização do multiplicador de renda à medida em que se avança no processo de substituição de importações no sentido do setor industrial de alto coeficiente de capital (P1); a acentuação da tendência à concentração da renda, na medida em que se eleva o coeficiente de capital não apenas nos setores industriais (P1 e P2) mas também no setor de serviços (P3) e na agricultura capitalista (P4); e o aumento da pressão sobre o balanço de pagamentos, ao passo que os investimentos privados se voltam cada vez mais para o setor industrial de alto coeficiente de capital (P1).

O modelo apresentado contrasta com os modelos neokeynesianos pelo seu caráter multissetorial. Mas a influência de Keynes pode ser constatada pela relevância dada à demanda, responsável pelo impulso inicial do processo de crescimento e por influenciar a es-

¹⁴ É importante observar que o modelo formulado por Furtado é um esquema estruturalista para explicar tendências e possibilidades de evolução dinâmica de uma estrutura econômica subdesenvolvida. Trata-se de um modelo aberto, em que os parâmetros não são rígidos, pois a argumentação considera mudanças estruturais, como a adoção de novas técnicas, a distribuição da renda e a alteração no peso relativo dos setores.

trutura de oferta de acordo com seu perfil, bem como pela incorporação dos mecanismos do multiplicador e do acelerador.

Numa fase mais avançada da industrialização,¹⁵ até a mera utilização das reservas de depreciação requer certa diversificação da procura, o que se efetiva pela importação de novos modelos de produtos a serem produzidos para os grupos de altas rendas. Esgotado o processo de substituição de importações e instalado um parque industrial com certo grau de diversificação, o fator dinamizador do crescimento econômico passa a ser a difusão de novas formas de consumo imitadas dos países cênicos.¹⁶ A produtividade cresce devido à diversificação dos padrões de consumo das minorias de altas rendas. A grande empresa internacional desempenha o papel de elemento dinamizador, pois ela constitui a correia de transmissão dos novos produtos, sem os quais não se diversificaria o consumo dos grupos dominantes. A introdução de novos padrões de consumo entre os grupos ricos constitui o verdadeiro fator primário (ao lado da ação do Estado) de crescimento das economias subdesenvolvidas na fase pós-substituição de importações¹⁷. Essa nova fase do desenvolvimento dependente implica continuar a elevar o coeficiente de capital e a concentração da renda. (Furtado, 1983, pp. 182–186).

¹⁵ A industrialização tem início, numa primeira fase, induzida pelo crescimento das exportações. Na segunda fase, a industrialização avança com a “substituição de importações” até o esgotamento desse processo, que entorpece o desenvolvimento. As três fases da industrialização guardam correspondência com as fases do desenvolvimento dependente. A essas correspondem três tipos de transformação das economias periféricas: vantagens comparativas, substituição de importações e condicionamento das formas de comportamento dos grupos de altas rendas. Todas essas transformações tem em comum o fato de constituírem processos adaptativos em face da evolução estrutural dos centros dominantes (Furtado, 1983, p. 185).

¹⁶ As considerações teóricas que permitem superar o modelo estagnacionista, vislumbrando uma terceira fase do processo de industrialização, foram introduzidas em um dos dois novos capítulos que a obra recebeu desde sua primeira edição. Trata-se do capítulo “Dependência externa e subdesenvolvimento”, na parte 4, sobre subdesenvolvimento. Introduzido em 1971, com o nome “Desenvolvimento e dependência externa”, o capítulo sofreria pequenas modificações tomando forma final a partir da 6ª edição, de 1975.

¹⁷ Furtado inclui o Estado como um possível fator primário de crescimento econômico porque esse também pode remover os obstáculos ao crescimento mediante a alocação dos recursos que capta e pela forma como capta os recursos que utiliza. Pode também introduzir modificações significativas no perfil da procura e na estrutura do próprio sistema produtivo. Com isso, a ação do Estado pode alterar de forma significativa as tendências indicadas, de diversificação dos padrões de consumo das minorias de altas rendas sem repercussão nas condições de vida da grande maioria da população (Furtado, 1983, p. 182).

4 Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo investigar a influência dos modelos macrodinâmicos de orientação neokeynesiana sobre a teorização de Celso Furtado acerca do subdesenvolvimento e do processo de substituição de importações. Nesse sentido, buscou-se explorar simultaneamente os elementos de similaridade mas também de disparidade entre os modelos neokeynesianos, em especial, os modelos de Cambridge, e a visão de Celso Furtado a respeito do crescimento em economias subdesenvolvidas. Como resultado, torna-se possível obter um melhor entendimento das previsões de Furtado para as economias periféricas que se industrializaram a partir da via de substituição de importações, em particular a de estagnação do produto per capita.

Se, por um lado, o estruturalismo latino-americano pode ser interpretado como uma “teoria especial” de raiz também keynesiana, por outro, o próprio Furtado reconhece a influência de seu contato com os modelos macrodinâmicos de Cambridge no período em que se dedicaria à escrita de “Formação Econômica do Brasil”. Em sua apresentação da evolução da teoria do desenvolvimento na ciência econômica, Furtado destaca a importância da análise keynesiana para a compreensão do fenômeno do desenvolvimento. No entanto, não deixa de fazer uma análise crítica da obra de Keynes, no que diz respeito à simplificação dos fatores que determinam o volume de investimento e induzem a classe capitalista à decisão de investimento, definidos pela eficiência marginal do capital e pela taxa de juros, assim como à sua percepção do papel do investimento apenas como gerador de renda, e não como criador simultaneamente de capacidade produtiva. Nesse mesmo sentido, Furtado incorpora os esforços de dinamização do modelo analítico keynesiano a partir dos modelos macrodinâmicos neokeynesianos de Harrod, Domar e Kaldor. Ao mesmo tempo em que não se abstém de incorporar também contribuições de cunho neoclássico como os trabalhos de Solow. Assim, o conjunto destes trabalhos forma a principal matriz teórica do pensamento macroeconômico e de formalização dos modelos macrodinâmicos que viria a compor a teorização de Furtado a respeito do subdesenvolvimento e do processo de substituição de importações.

No que diz respeito à realidade econômica dos países subdesenvolvidos, Furtado destaca como característica fundamental a existência de uma heterogeneidade estrutural que transforma o subdesenvolvimento em uma condição que se reproduz continuamente.

Mesmo com a industrialização, não se modificaram as características básicas do dualismo estrutural. Ao analisar a estrutura de demanda e oferta dos países subdesenvolvidos, Furtado destaca que o dualismo no mercado interno, resultado do excedente estrutural de mão de obra e concentração de renda persistentes, coexiste com uma rigidez na escolha de fatores e do coeficiente de capital por trabalhador, devido ao fato de que, com a maior expansão do mercado no setor de alta renda, os investimentos tendem a se concentrar justamente no setor de maior coeficiente de capital e funções de produção menos flexíveis. Desse modo, Furtado desenvolve um modelo de cinco setores que compreende a realidade dos países subdesenvolvidos marcados pelo processo de industrialização por substituição de importações a partir das interações dinâmicas entre os setores de indústrias com alto coeficiente de capital (P1), indústrias com baixo coeficiente de capital (P2), serviços, inclusive obras públicas (P3), da agricultura capitalista para os mercados interno e externo (P4) e o setor pré-capitalista composto de agricultura e artesanato tradicionais (P5). A partir das relações dinâmicas identificadas por meio do modelo é possível traçar um quadro geral das diferentes fases do processo histórico de industrialização nos países subdesenvolvidos.

Apesar de inegavelmente influenciado pela abordagem keynesiana e pelos modelos macrodinâmicos neokeynesianos de Cambridge, a obra teórica e o pensamento macroeconômico de Celso Furtado assumem um caráter singular e distinto especialmente em sua concepção da estrutura econômica heterogênea dos países subdesenvolvidos, em uma abordagem multissetorial, e em sua integração explícita da distribuição de renda às relações dinâmicas entre a estrutura da demanda e da oferta. Assim, o modelo de cinco setores para a industrialização em uma economia subdesenvolvida, que constitui um avanço em relação aos modelos neokeynesianos, como o de Kaldor, que consideravam apenas capitalistas e assalariados, tem como principal qualidade a determinação dos diferentes impactos de um impulso de crescimento sobre a estrutura econômica a partir dos multiplicadores setoriais de emprego e renda e da forma como a expansão de cada setor condiciona o perfil da demanda.

Referências

- Carvalho, F. J. C. de. (2008). Keynes e o Brasil. *Economia e Sociedade*, 17(Número Especial), 569–574.
- Coutinho, M. (2015). Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina, de Celso Furtado. *Revista de Economia Contemporânea*, 19(3), 448–474.
- Domar, E. D. (1946). Capital expansion, rate of growth and employment. *Econometrica*, 14(2), 137–147. DOI:10.2307/1905364
- Furtado, C. (1962). *A pré-revolução brasileira*. Fundo de Cultura.
- Furtado, C. (1978). *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 1973)
- Furtado, C. (1964). *Dialética do desenvolvimento*. Fundo de Cultura.
- Furtado, C. (1966). *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Civilização Brasileira.
- Furtado, C. (1967). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Companhia Editora Nacional.
- Furtado, C. (1971). *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (4ª ed.). Companhia Editora Nacional.
- Furtado, C. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Círculo do Livro.
- Furtado, C. (1975). *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (5ª ed.). Companhia Editora Nacional.
- Furtado, C. (1981). *Pequena introdução ao desenvolvimento* (2ª ed.). Companhia Editora Nacional.
- Furtado, C. (1983). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Abril Cultural.
- Furtado, C. (1985). *A fantasia organizada*. Paz e Terra.
- Furtado, C. (2005). *Formação econômica do Brasil*. Editora Nacional.
- Furtado, C., & Maneschi, A. (1968). Um modelo simulado de desenvolvimento e estagnação na América Latina. *Revista Brasileira de Economia*, 22(2), 7–31.
- Harrod, R. F. (1948). *Towards a dynamic economics*. Macmillan.
- Heller, C., & D'Arbo, R. C. (2012). Evolução da abordagem analítica da teoria do desenvolvimento de Celso Furtado. *Cadernos do Desenvolvimento*, 7(10), 17–40.
- Kaldor, N. (1957). A model of economic growth. *The Economic Journal*, 67(268), 591–624. DOI:10.2307/2227704
- Kaldor, N., & Mirrlees, J. A. (1962). A new model of economic growth. *The Review of Economic Studies*, 29(3), 174–192. DOI: 10.2307/2295949
- Keynes, J. M. (1996). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Nova Cultural. (Obra original publicada em 1936)
- Pereira, H. C. I., & Gonçalves, F. de O. (2015). O crescimento econômico em Nicholas Kaldor e o subdesenvolvimento em Celso Furtado: Progresso técnico, distribuição de renda e dualismo estrutural. In *Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica*

e 12^a Conferência Internacional de História de Empresas. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica.

Ricupero, B. (2005). Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. *Estudos Avançados*, 19(53), 371–377. DOI: 10.1590/S0103-40142005000100023

Rodríguez, O. (2009). *O estruturalismo latino-americano*. Civilização Brasileira.

Solow, R. M. (1957). Technical change and the aggregate production function. *The Review of Economics and Statistics*, 39(3), 312–320. DOI:10.2307/1926047

Solow, R. M., Tobin, J., Von Weizsäcker, C. C., & Yaari, M. E. (1966). Neoclassical growth with fixed factor proportions. *The Review of Economic Studies*, 33(2), 79–115. DOI:10.2307/2296058